

**Sobre “Alguns argumentos contra o inatismo lingüístico”
– Réplica a Lombardi Vallauri (2008)**

***On “Some arguments against linguistic nativism”
– Reply to Lombardi Vallauri (2008)¹***

Rerisson Cavalcante

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia / Brasil

rerissonaraujo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma resposta ao artigo de Lombardi Vallauri (2008), em que o autor apresenta uma série de argumentos que considera devastadores contra a hipótese do inatismo lingüístico. Apesar de defesas ao inatismo terem sido feitas após sua publicação, nenhuma resposta específica a seu artigo foi apresentada. Seus argumentos são de sete tipos, denominados de (i) intuitivos, (ii) evolucionários, (iii) genéticos, (iv) escolásticos, (v) jurídico-esportivos, (vi) lingüísticos e (vii) pragmáticos. Este artigo concentra-se nos argumentos de (i) a (v) e defende que, ao contrário da posição do autor, os dados apresentados não podem ser considerados como evidências contra o inatismo e, mais do que isso, alguns podem ser considerados evidências a favor.

Palavras-chave: inatismo lingüístico; gramática universal; faculdade da linguagem.

¹ Nota do Editor: Foi oferecido o direito de réplica ao Prof. Edoardo Lombardi Vallauri, que indicou as suas publicações abaixo listadas como referências de expansão da sua argumentação em seu artigo de 2008. Nenhuma das referências abaixo é discutida no presente artigo:

– The Relation between Mind and Language. The Innateness Hypothesis and the Poverty of the Stimulus, in “The Linguistic Review” 21, 2004, pp. 345-387.

Abstract: In this paper I offer a reply to Lombardi Vallauri's (2008) paper, published in this journal, where the author presents a series of arguments against the hypothesis of linguistic nativism. The author considers his arguments to be devastating, however no specific reply against his paper was offered. His arguments were of seven kinds: (i) intuitive, (ii) evolutionary, (iii) genetic, (iv) scholastic, (v) legal-sportive, (vi) linguistic and (vii) pragmatic. In this paper, I analyze his argument (i) to (v). Against his position, I argue that the facts presented cannot be considered as evidence against nativism. Moreover, some of them can be seen as evidence for nativism.

Keywords: linguistic nativism; universal grammar; faculty of language.

Recebido em: 14 de março de 2016.
Aprovado em: 02 de agosto de 2016.

-
- Language: a computational system or a natural tool? (with Raffaele Simone) In (a cura di) Romano Lazzeroni, Emanuele Banfi, Giuliano Bernini, Marina Chini e Giovanna Marotta, *Diachronica et Synchronica. Studi in onore di Anna Giacalone Ramat*. Pisa, ETS, 2008: 511-536.
 - Natural Constraints on Language. Nature and Consequences. (with Raffaele Simone) In *Cahiers Ferdinand de Saussure* 63 (2010): 205-224.
 - Natural Constraints on Language. The Ergonomics of the Software. (with Raffaele Simone) In *Cahiers Ferdinand de Saussure* 64 (2011): 119-141.
 - In che modo il linguaggio non è nel cervello. In Bambini V., Ricci I., Bertinetto P.M. & Collaboratori, *Linguaggio e cervello - Semantica / Language and the brain - Semantics Atti del XLII Congresso Internazionale di Studi della Società di Linguistica Italiana (Pisa, SNS, 2008) 2012* Bulzoni, Roma - Vol. 2, I.D.8.
 - Occorrono migliori argomenti. In (a cura di) Edoardo Lombardi Vallauri e Lunella Mereu, *Spazi linguistici. Studi in onore di Raffaele Simone*. Roma, Bulzoni, 2009: 45-57.
 - Language Patterns and Innateness. In *Reti Saperi Linguaggi*, 2012, pp. 82-87.
 - Il linguaggio è già nel cervello? In Mario Graziano e Consuelo Luvèrà (eds.), *Bioestetica, Bioetica, Biopolitica, Proceedings of the V Codisco Conference (Noto 2011)*, Messina, Corisco, 2012 pp. 235-246.
 - From the knowledge of the language to the knowledge of the brain. In *Italian Journal of Cognitive Sciences* 1,1, 2014, pp. 131-161.

1 Introdução

Este texto é uma réplica ao artigo de Lombardi Vallauri (2008), publicado no v. 16, n. 1 deste periódico, em que o autor apresenta uma série de argumentos que considera devastadores contra a hipótese inatista da aquisição da linguagem, defendida pelos adeptos da Teoria Gerativa. Embora, no período posterior à publicação, os gerativistas tenham continuado a defender e oferecer argumentos em favor do inatismo (cf. LOPES, 2011, para um exemplo nacional), até onde vai o meu conhecimento, nenhuma resposta específica foi dada àquele artigo tão provocador.²

Meu objetivo aqui é tentar oferecer uma resposta, ainda que parcial, aos problemas apontados pelo autor naquele texto. Tentarei, dentro de minhas limitações, demonstrar que vários dos argumentos apresentados por ele não podem ser considerados, de fato, evidências *contra* o inatismo e, mais do que isso, que alguns podem ser considerados, inclusive, evidências *a favor* desta hipótese.

Em seu texto, Lombardi Vallauri (2008) apresenta uma grande lista de argumentos contrários à tese inatista, que ele classifica em (aspas no original): argumentos (i) “intuitivos”, (ii) “evolucionários”, (iii) “genéticos”, (iv) “escolásticos”, (v) “jurídico-esportivos”, (vi) “lingüísticos” e (vii) “pragmáticos”. Neste artigo, apresentarei uma resposta a uma parte deles. Concentrar-me-ei nos argumentos de (i), (ii), (iv), (v) e (iii), nessa ordem. Que fique claro ao leitor, porém, que meu objetivo aqui não é apresentar novos argumentos em favor do inatismo, mas apenas avaliar e questionar os argumentos contrários.

O texto está dividido da seguinte forma: na seção 2, trato de duas questões gerais sobre o tema: o dilema entre a linguagem ser um patrimônio genético ou uma instituição social (2.1) e sobre o tipo de dados que seriam argumentos a favor do inatismo (2.2); na seção 3, discuto os argumentos intuitivos; em 4, os evolucionários; em 5, os escolares/escolásticos; na seção 6, os jurídico-esportivos; na seção 7, comento brevemente um dos argumentos genéticos. Por fim, na seção 8, concluo o texto.

² Uma análise de argumentos presentes em outros textos do autor (publicados em outras línguas) foge aos objetivos limitados deste artigo.

2 Questões gerais

2.1 Língua: patrimônio genético ou instituição social

Antes de apresentar seus argumentos, Lombardi Vallauri (2008) resume as duas opções de explicação para o fato de ser a linguagem uma capacidade exclusiva da espécie humana: a de que ela seja uma instituição cultural e a de que seja um patrimônio genético autônomo. Diz o autor:

A primeira [explicação] é que as línguas sejam modalidades convencionais para interagir, que somente a nossa espécie desenvolveu historicamente, como acontece para a matemática, a religião, o urbanismo, a etiqueta, os esportes, a tecnologia. A segunda hipótese é que, contrariamente a essas outras coisas, a linguagem não seja **somente um produto histórico**, mas seja em primeiro lugar uma dotação orgânica de cada indivíduo humano. [negritos meus]

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 10)

Um ponto precisa ser enfatizado. Como o próprio Lombardi Vallauri (2008) demonstra compreender, a hipótese inatista não se trata de uma negação do aspecto cultural e convencional da linguagem em defesa de uma determinação **exclusivamente** genética ou orgânica. Este é, geralmente, o primeiro ponto que atrapalha as discussões sobre as bases fundamentais da linguagem humana. A alternativa entre a linguagem como prática social e cultural e a linguagem como fenômeno genético (uma atualização da discussão socrática sobre natureza e convenção) é, em si mesma, imprecisa, pelo motivo de que uma visão mais apropriada da linguagem deve ao menos considerar a hipótese de ela ser *as duas coisas simultaneamente*: uma modalidade convencional, mas que somente é possível devido a uma habilidade orgânica específica. Aliás, este é provavelmente um dos fatores que mais diferenciam a humanidade das demais espécies animais, ou seja, o fato de que a natureza impõe-se como algo em aberto, que precisa ser complementada pela cultura. (Voltarei a esse ponto na seção 6, ao tratar dos argumentos “jurídico-esportivos”).

Lombardi Vallauri (2008) não comete o equívoco de confundir a hipótese inatista com a *rejeição completa* do aspecto sociocultural, mas isso não nos isenta de enfatizar esse ponto para os leitores. A hipótese inatista não diz respeito à linguagem em todos os seus aspectos, mas reconhece que, como outros fenômenos, ela é uma conjugação de uma habilidade (e restrição) genética e uma dimensão sociocultural. O inatismo defende que, no fenômeno geral da linguagem humana, existem *aspectos essenciais* que não são fruto da convenção cultural, mas da própria constituição orgânica da espécie, que possuiria um componente especificamente lingüístico em sua mente.

Voltando para a posição de Lombardi Vallauri (2008), o autor defende explicitamente a primeira modalidade de explicação, i.e., a de que a linguagem deve ser vista como uma dessas modalidades de grandes práticas e convenções culturais, como a religião, os esportes, a tecnologia, etc. Trata-se de uma visão sedutora, principalmente se considerarmos as tradições literárias e artísticas (orais e escritas) que se desenvolvem em todas as sociedades.

Como resposta a essa posição, é preciso apontar que, embora a linguagem possua uma dimensão cultural e social que se assemelha a todas essas práticas, ela exibe uma diferença fundamental em relação a elas: é anterior a todas e *pré-requisito para todas*. É um equívoco ver a linguagem como um fenômeno do mesmo nível que a (ciência) matemática, a religião, a etiqueta etc.³ Ela não pertence ao mesmo nível

³ Com relação à matemática, precisamos fazer a distinção entre (i) a matemática como conjunto de conhecimentos formais explícitos e acadêmicos e (ii) a matemática como conjunto de operações naturais que todo ser humano possui/desenvolve independentemente de ensino formal, como a capacidade que nossa mente possui de reconhecer e distinguir formas, de comparar tamanhos, de perceber a quantidade, de distinguir unidades discretas. Apesar de a codificação da ciência matemática ser um produto cultural elaborado, a capacidade matemática constitui um instinto que tem bases orgânicas, biológicas.

Com relação à religião, algo semelhante poderia ser dito, embora aqui estejamos em terreno bem mais movediço. A posição tradicional das grandes religiões é de que estas suprem necessidades orgânicas e psicológicas inerentes ao ser humano, o que poderia ser considerado um instinto organicamente condicionado para a religiosidade, independente das elaborações/manifestações culturais desenvolvidas socialmente. Essa visão orgânica da dimensão religiosa também é defendida por cientistas agnósticos e ateus, como o psicólogo Jesse Bering e o geneticista Dean Hamer. (Curiosamente, a tese

desses fenômenos, mas está localizada em um plano mais fundamental, uma vez que a habilidade lingüística é uma capacidade necessária para o desenvolvimento de todas as outras. Mas Lombardi Vallauri (2008) argumenta que:

“... o desenvolvimento coletivo dessa habilidade fundamental do comportamento humano [i.e. a linguagem] se baseia nas mesmas características gerais (memória, capacidade de solucionar problemas, capacidade de gerenciar estruturas recursivas, e similares) nas quais se baseiam as outras habilidades [i.e. religião, esportes, matemática etc]”

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 10)

Há aqui um problema de circularidade. Na lista de “características gerais” em que as outras habilidades desenvolvidas pelo homem se baseiam deve ser incluída justamente a... linguagem. O ser humano pode entrar em contato com a religião, com a etiqueta, com os esportes etc em diferentes fases da vida, com resultados variados, mas a linguagem é necessariamente desenvolvida na etapa mais inicial do desenvolvimento, em que as características gerais como a memória, a capacidade de solucionar problemas, a capacidade de gerenciar estruturas recursivas etc não estão plenamente desenvolvidas, mas *em desenvolvimento*.

Defender, sem ressalvas, que a linguagem se baseia nas características gerais em que as outras habilidades se baseiam é, então, problemático, uma vez que seria necessária uma linguagem como um requisito para o desenvolvimento de uma linguagem. Qualquer hipótese sobre o fundamento da linguagem tem que explicar esse nível essencial que esta tem em relação às outras atividades humanas, ainda que manifeste com elas algumas semelhanças: é necessária a aquisição de um sistema altamente complexo para que seja possível o aprendizado de sistemas muitas vezes incomparavelmente menos complexos.

da base orgânica das inclinações religiosas é muitas vezes apontada como argumento *contra* as religiões por militantes anti-religiosos midiáticos, como Richard Dawkins). Dessa forma, mesmo a equiparação da linguagem às grandes modalidades de práticas convencionais não é, em si mesma, um argumento forte contra o inatismo, uma vez que algumas dessas modalidades podem, ao menos como hipótese, ter bases cognitivas inatas, subjacentes a suas manifestações culturais.

2.2 A natureza dos dados a serem considerados

A segunda questão geral importante no debate sobre o fundamento da linguagem e, especificamente, sobre o inatismo, é que tipo de dado deve ou pode ser considerado como evidência a favor desta hipótese. A respeito das evidências da universalidade linguística, diz Lombardi Vallauri (2008, p. 14):

“Isso põe uma primeira dificuldade aos defensores da tese inatista, porque precisam demonstrar que realmente existe uma gramática comum a todas as línguas; e depois de meio século a lingüística gerativa conseguiu nessa direção somente resultados parciais, provisórios e bem distantes de um acordo entre a generalidade dos estudiosos.”

Inicialmente, é preciso apontar que o período de *meio século*, em matéria de investigação científica, não é tão longo. O leitor pode comparar o estágio atual da teoria gerativa com os primeiros cinquenta anos de qualquer outra ciência moderna. Mais do que isso, “resultados parciais e provisórios” é justamente o que se espera, não apenas de uma nova área do conhecimento, mas de qualquer ciência. É parte da própria definição de ciência que esta não pode considerar os seus resultados completos e definitivos. Apesar disso, as contribuições da sintaxe gerativa para a descrição, comparação e compreensão dos fenômenos lingüísticos, bem como para o diálogo entre sintaxe teórica, aquisição da linguagem e mudança lingüística, têm sido vastas.

Mas há outro sentido em que podemos considerar o termo “*resultados parciais, provisórios*”: que os fatos descobertos em favor da hipótese inatista são *fracos, pouco significativos e insuficientes*. Tomemos a crítica de Lombardi Vallauri (2008) neste sentido. Quanto a esse ponto, que é discutível, talvez o problema esteja na expectativa quanto à natureza dos fatos a serem descobertos. Quando se fala em gramática universal (GU) ou princípios comuns às línguas, há quem espere a descoberta de construções sintáticas específicas presentes em todas as línguas – e aí é que está o problema. Se críticos ou adeptos da tese inatista tiverem a expectativa de que deveríamos encontrar coisas como as listadas (1), o resultado será necessariamente alegria para os críticos e decepção para os adeptos.

- (1) a. “Todas as línguas possuem sentenças clivadas”; ou
b. “Todas as línguas possuem perguntas QU com movimento do pronome”; ou
c. “Todas as línguas possuem a ordem sintática X na construção Y”; ou
d. “Todas as línguas V2 possuem núcleo final”. Etc.

A hipótese da GU não faz absolutamente nenhuma previsão de que as coisas devam ser assim, de que haja construções sintáticas específicas a serem encontradas em todas as línguas. Primeiro, porque, nesse caso, não teríamos simplesmente *princípios* universais subjacentes aos fatos lingüísticos particulares, mas *fatos* universais misturados com dezenas, centenas ou talvez milhares de fatos particulares. O programa de pesquisa da Teoria Gerativa, ao qual está intimamente ligada a tese inatista, diz respeito à busca de princípios que sejam subjacentes ao comportamento lingüístico, mas que não se realizam de modo simples e direto no comportamento.⁴

Segundo, porque a própria noção de “construção gramatical” ou “regra gramatical” não tem nenhum estatuto teórico dentro da gramática gerativa e tem pouca utilidade além do fator mnemônico, como tantas vezes tem enfatizado Chomsky (cf. 1997, por exemplo). Não haveria, nas línguas, regras específicas de construção de sentenças passivas. Nas línguas em que existem essas construções, por exemplo, elas resultam da interação de princípios gerais e independentes da gramática (ex.: seleção argumental, atribuição de papel temático, marcação de Caso) com as propriedades lexicais dos elementos.

Em resumo, as propriedades formais da gramática são diferentes dos fenômenos lingüísticos produzidos por elas. Entre as propriedades, temos operações gramaticais como, por exemplo, o deslocamento de constituintes; a recursividade; as relações hierárquicas dos constituintes; os princípios de vinculação; etc. Estes podem gerar restrições universais sobre os fatos lingüísticos, mas não construções universais específicas.

A partir da próxima seção, discuto os argumentos específicos apresentados por Lombardi Vallauri contra o inatismo.

⁴ “... to introduce a technical term, we must isolate and study the system of linguistic competence that underlies behavior but that is not realized in any direct or simple way in behavior.” (CHOMSKY, 2006, p. 4).

3 Argumentos intuitivos – ou: quanto deve ser inato para a GU valer a pena?

O primeiro dos argumentos de Lombardi Vallauri se baseia na tentativa de estabelecer um critério para avaliar a própria utilidade da hipótese da GU. O autor considera que a GU, para ser um princípio explicativo válido, deveria representar “*uma cota considerável do que a criança adquire; mas as coisas não estão assim*” (p. 14).

O autor, então, tenta, de modo declaradamente intuitivo, calcular o quanto da linguagem seria coberto pela GU e quanto ficaria de fora. Apresenta, assim, o Esquema 1, reproduzido abaixo como Quadro 1, e afirma que a GU dá conta apenas dos elementos da coluna do meio, ficando de fora os elementos da coluna da direita.

QUADRO 1 – Do que a GU pode e não pode dar conta

	Igual em todas as línguas	Diferente em cada língua
1	Os Princípios da Gramática Gerativa	Os valores assumidos pelos Parâmetros em cada língua
2	Os Universais Lingüísticos	As construções idiomáticas
3		O léxico!!!

Fonte: Esquema 1 de Lombardi Vallauri (2008, p. 14)

O autor argumenta, com base nisso, que a GU seria responsável por uma quantidade bastante limitada de aspectos lingüísticos e que a maior parte do que constitui a linguagem estaria excluída dela. O argumento sugere que, se é tão pouco o que é explicado pela GU, pouco proveito explicativo há na hipótese inatista.

Em primeiro lugar, ao analisar o Quadro 1, podemos indagar por que “as construções idiomáticas” foram consideradas algo separado do léxico. Se o termo se refere às *expressões idiomáticas* (como “bater as botas”, “shoot the bucket” etc), estas fazem parte do léxico e devem ser consideradas parte do item 3 da coluna direita. Se o termo se refere a construções *sintáticas* muito específicas de alguma língua (por exemplo: a inserção de *do* como verbo suporte em inglês; o infinitivo flexionado em português), então, primeiro é preciso avaliar quão específicas elas são de fato. A menos que sejam tão específicas ao ponto de serem exclusivas de uma língua, sem paralelo algum com qualquer outra (algo bastante improvável), não há razão para não incluí-las sob o item 1 da coluna direita.

Em segundo lugar, é um equívoco considerar que a GU dá conta apenas daquilo que há de “*igual em todas as línguas*”. O modelo de Princípios e Parâmetros coloca como objetivo de uma teoria lingüística justamente explicar o que há de *igual* e o que há de *diferente* na constituição sintática das línguas. Isso não implica que a GU deve explicar toda e qualquer diferença aleatória e assistemática das línguas, mas as diferenças estruturais e sistemáticas estão na alçada das teorias sobre a GU. Isso significa que uma boa parte do que é apontado na coluna direita do Quadro 1 é vista pelo inatismo como explicável pela GU, diferentemente do que sugere o autor.

O ponto mais problemático do Quadro 1 é o item “Os valores assumidos pelos Parâmetros em cada língua”. No inatismo, os valores possíveis dos parâmetros não fazem parte da gramática das línguas particulares nem da cultura dos povos, em oposição à GU, mas estariam dados no estágio inicial da faculdade da linguagem. Ou seja, estariam presentes na própria GU. Uma língua particular é uma combinação particular dos valores paramétricos disponíveis na GU.

Veja-se, por exemplo, a questão da ordem linear entre núcleo e complemento (que produz diferenças como as ordens VO e OV), como formulada por uma das versões da teoria de Princípios e Parâmetros. A ordenação sintática seria definida pela combinação (i) de um componente universal (ou *Princípio*), como a estrutura X-barras dos sintagmas de todas as línguas, que determina as relações hierárquicas entre os itens, e (ii) de uma opção paramétrica (associada a tal Princípio) de posição inicial ou final do núcleo.⁵ Os valores paramétricos possíveis estariam, portanto, na alçada da GU. O que está fora da alçada da GU é o tipo de experiência lingüística real a que será exposta a criança ao aprender a língua; e é essa experiência que determinará se a criança marcará um ou outro valor para este parâmetro.

Outro ponto diz respeito ao próprio léxico. Evidentemente, os itens lexicais em si, em seu conteúdo fonético e semântico referencial, não podem, de modo algum, ser considerados como definidos geneticamente pela GU, nem mesmo de modo paramétrico. Não haveria condições de a mente humana armazenar todas as possibilidades de itens lexicais de todas as línguas. Mas mesmo no léxico há aspectos estruturais e sistemáticos que podem ser considerados, ao menos como hipótese a

⁵ Que fique claro que esta é apenas uma das propostas de tratamento da questão da ordem entre núcleo e complemento. Outras propostas atribuem a variação paramétrica a outros fatores, como o movimento de constituintes (cf., por exemplo, o trabalho clássico de KAYNE, 1994).

ser verificada, como pré-definidos pela GU, seja como princípios seja como parâmetros. O léxico de uma língua não é uma mera lista caótica de elementos díspares e idiomáticos. Ele é uma lista estruturada em categorias de natureza sintática, que possuem comportamento sintático, semântico e morfológico regular e previsível.

A constituição do léxico pressupõe mais do que o aprendizado do som e do significado de cada item, mas o desenvolvimento das categorias sintáticas, sem as quais o aprendizado dos itens é, em princípio, pouco útil. A natureza abstrata, restritiva e restrita das categoriais sintáticas permite – e praticamente nos obriga a – considerar a hipótese de que elas sejam definidas por (interação de) propriedades mais gerais ou mesmo universais da linguagem humana. Se essa hipótese estiver correta, então a própria estrutura do léxico mental pode ser, de algum modo, relacionada à GU. Digna de nota, neste ponto, é a teoria da Morfologia Distribuída, desenvolvida dentro do quadro teórico da gramática gerativa e dos pressupostos inatistas, que considera a formação lexical como resultado das operações sintáticas normais (definidas pela GU) e não resultado de regras de formação morfológica específicas de língua para língua (cf. HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997).

O Quadro 1, reformulado segundo tais observações, assumiria a forma apresentada no Quadro 2, com as colunas “Igual em todas as línguas” e “Diferente em cada língua” dando lugar a “O que a GU pode definir” e “O que a GU não pode definir”, o que parece ser uma formulação mais precisa da questão. Percebemos, então, que os componentes lingüísticos passíveis de explicação pela GU constituem uma cota consideravelmente maior do que o previsto inicialmente no Esquema 1 de Lombardi Vallauri (2008).

QUADRO 2 – Possibilidades e limites da GU

	O que a GU pode definir	O que a GU não pode definir
1	Os princípios universais da gramática	Se haverá <i>input</i> lingüístico para a maturação dos princípios
2	Os valores paramétricos disponíveis	A escolha efetiva dos valores paramétricos a partir do <i>input</i>
3	As categoriais e a estrutura do léxico	O conteúdo do léxico (incluindo as expressões idiomáticas)
4	Os universais lingüísticos	Construções sintáticas exclusivas, <i>se existirem</i> .

Fonte: própria, a partir de reformulação do Esquema 1 de Lombardi Vallauri (2008)

Mas, ainda que incluamos na coluna do meio os valores paramétricos e as categorias e estrutura do léxico, um crítico do inatismo talvez ainda considerasse o argumento de Lombardi Vallauri válido, pois ainda teríamos, na coluna direita, ao menos todo o conteúdo do léxico, e não há motivo para negar que o léxico ainda representa uma quantidade de informação incomparavelmente maior do que todo o restante. Por isso, segundo o autor,

“Não é fácil atribuir valores quantitativos precisos aos dois componentes [*do Quadro 1*], mas muitos concordarão que, se um dos dois tem alguma probabilidade de ocupar mais espaço e de agrupar uma maior quantidade de informação, será sem dúvida a da direita.”

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 14)

Isso nos leva ao terceiro ponto, talvez o mais importante. Toda a comparação feita pelo autor parte do pressuposto de que estruturas linguísticas, propriedades sintáticas e (conjuntos de) itens lexicais podem ser comparados diretamente; e que o critério adequado para isso deve ser necessariamente *quantitativo*. Está aí um grande equívoco. De fato, o aprendizado e o armazenamento de itens lexicais deve ocupar um espaço considerável na memória/mente humana, mas trata-se de um tipo simples de informação em comparação com as propriedades estruturais. Indicação disso é que muitos animais são capazes de aprender a imitar sequências de sons de línguas humanas e de relacionar símbolos a referentes, ou seja, têm alguma capacidade de aquisição lexical.

Mas, por maior que seja o vocabulário de uma língua, a *quantidade* de informação lexical não pode ser comparada diretamente com a *complexidade* da informação. Eis o ponto fundamental do argumento de *pobreza de estímulo* que constitui a essência a hipótese inatista: as propriedades estruturais e sintáticas que constituem a base para a linguagem humana representam um grande desafio à aquisição por serem *demasiado complexas e abstratas* – não simplesmente por serem numerosas.

Um bom exemplo da complexidade das propriedades sintáticas e como elas podem ser relacionadas a princípios inatos é a descrição feita por Bošković (2008) do comportamento de NPs sem artigos em línguas que possuem artigos e em línguas que não os possuem. A distribuição das línguas com artigo e sem artigo não respeita os limites das famílias

linguísticas. O latim não possuía artigos; as línguas neolatinas possuem. Entre as línguas eslavas, não possuem artigos o servo-croata, o russo, o polonês e o tcheco; o búlgaro e o macedônio os possuem. Turco, coreano, japonês e chinês são outros exemplos de línguas que não possuem artigos.

Até aí, não há nada demais (cf., porém, a seção 4). A existência ou não de artigos poderia ser considerada simples particularidade de cada língua, entrando na lista dos “valores assumidos pelos Parâmetros em cada língua” ou mesmo como parte do “léxico” na versão original do Esquema 1 do autor. Já que se trata apenas de um item lexical (ou meia dúzia deles), não haveria, a princípio, motivo para considerar que a presença/ausência de artigos tenha uma importância maior do que a aquisição de dezenas ou centenas de itens lexicais substantivos. Porém, as coisas são mais complicadas do que isso.

Mas Bošković (2008) mostra que as línguas sem artigo (LsA) diferem das línguas com artigo (LcA) em um conjunto de propriedades sintáticas. Entre as propriedades que são **permitidas apenas em LsA**⁶, mas não em LcA, estão⁷: (i) extração a partir da posição esquerda do núcleo⁸; (ii) extração de adjuntos⁹; (iii) *scrambling*¹⁰; (iv) construções

⁶ Note o leitor que a oposição aqui não é entre “(necessariamente) possuem” e “(necessariamente) não possuem”, mas “permitem” e “não permitem”. A permissão indica que, dentre as línguas de um determinado tipo, a propriedade **pode ou não** ser encontrada, enquanto no outro grupo a mesma propriedade nunca seria encontrada.

⁷ Por questões de espaço, não será possível apresentar em detalhes cada um desses fenômenos linguísticos. Remeto os leitores interessados ao trabalho original de Bošković (2008), disponível em: <http://web.uconn.edu/boskovic/papers/nels.illinois.proceedings.final.pdf>.

⁸ **Skupa**/**Ta**_i je vidio [t_i kola] (servo-croata)/***Expensive**/**That**_i he saw [t_i car]. (inglês) expensive/that is seen car

⁹ **Iz kojeg grada**_i je Ivan sreo [djevojke t_i] (servo-croata) /***From which city**_i did Peter meet [NP girls t_i] (inglês)

‘From which city did Ivan meet girls?’

¹⁰ Um parecerista anônimo aponta há *scrambling* em algumas línguas de artigo, como em inglês, e que, portanto, a generalização de Bošković provavelmente é uma tendência, mas não um parâmetro. Trata-se, na verdade, de uma divergência terminológica. Muitas vezes, na literatura linguística, o termo *scrambling* é usado no sentido amplo de qualquer alteração na ordem básica de uma língua. Bošković (2008; cf. também 2004) não utiliza o termo assim e critica esse uso. Para ele, *scrambling* envolve especificamente uma alteração da ordem sentencial em que o elemento aparentemente movido não pode

de redobro de clítico; (v) sensibilidade a ilhas em sentenças relativas à esquerda do núcleo¹¹. Além disso, apenas entre as LsA há línguas polissintéticas.

Entre as propriedades que são permitidas em LcA, mas **não em LsA**, estão: (i) a leitura de *Neg Raising*¹²; (ii) os efeitos de superioridade em construções de múltiplo fronteamento de constituintes¹³; (iii) a presença de dois complementos genitivos com nomes transitivos¹⁴; (iv)

ter escopo amplo sobre a sentença, mas apenas escopo restrito, como se tivesse sido movido. Supostos casos de *scrambling* em que o elemento afetado pode ter escopo seriam instâncias de focalização ou topicalização.

Jap.: **Daremo-ni** dareka-ga [Mary-ga e atta to] omotteiru. $\exists > V$; * $V > \exists$
 everyone-DAT someone-NOM Mary-NOM met that thinks

¹¹ Sensibilidade a ilhas em sentenças relativas à esquerda do núcleo. Dados de Watanabe (2004):

Jap.: *[John-ga [subarashii ronbun-o kaita hito]-o homete-ita no]-ga shuppan-sareta.

John-NOM excellent paper-ACC wrote person-ACC praised-had C^o-NOM publish-PASS

‘An excellent paper which John had praised the person who wrote (it) was published.’

Lakhota: [[Wichota wowapi wa yawa pi cha] ob woʔuglaka pi ki] he L.A. Times e.

many-people paper a read PL ind with we-speak PL the that L.A. Times be

‘The newspaper that we talk to many people who read (it) is the L.A. Times.’

¹² *Neg Raising* é a possibilidade de a negação de uma sentença como *John does not believe she is smart* ter escopo ou sobre a sentença matriz ou sobre a encaixada.

¹³ Há línguas de fronteamento múltiplo de interrogativos que permitem apenas uma ordem entre estes, com o argumento gerado mais alto do VP ocupando a posição mais alta do CP, como no búlgaro. E há línguas que permitem qualquer ordem entre os interrogativos fronteados, como o servo-croata.

Koj kogo viñda/***Kogo koj** viñda? (búlgaro) /**Ko koga** vidi/**Koga ko** vidi? (servo-croata)

who whom sees

who whom sees

¹⁴ Os complementos genitivos podem ser marcados por clíticos, sufixos ou preposições funcionais. Em inglês, o genitivo pode ser marcado ou por pelo sufixo *'s* e outro pela preposição funcional *of*. No exemplo (i), há dois genitivos. Em árabe, também é possível haver dois genitivos marcados morfológicamente, como em (ii). Em polonês, os genitivos são sintéticos: marcados por sufixo, não por preposição. Mas a ocorrência de dois genitivos é bloqueada, como em (iii). Para a descrição de um evento complexo, como em (iv), o argumento externo deve ser expresso pela preposição *przez*. Exemplos de Willim (2000).

Inglês: i) **John's** reconstruction of an 18th-century French village.

a leitura de maioria (‘necessariamente mais da metade’) em construções superlativas¹⁵. O Quadro 3 abaixo resume as diferenças apontadas por Bošković (2008).

QUADRO 3 – Diferenças sintáticas entre línguas com e sem artigo segundo Bošković (2008)

Construções sintáticas	Línguas com artigo	Línguas sem artigo
Extração da posição esquerda ao núcleo (left-branch extraction)	Não permitem	Permitem
Extração de adjuntos	Não permitem	Permitem
Scrambling	Não permitem	Permitem
Neg Rasing	Permitem	Não permitem
Efeito de superioridade (em interrogativas com fronteamto múltiplo)	Permitem	Não permitem
Redobro de clítico	Não permitem	Permitem
Mais de um complemento nominal genitivo (= oblíquo)	Permitem	Não permitem
Leitura de maioria em superlativos	Não permitem	Permitem
Sensibilidade a ilhas em construções relativas à esquerda do núcleo	Não manifestam sensibilidade a ilhas	Manifestam sensibilidade a ilhas
Línguas polissintéticas (LP)	Não há LP	Há LP.

Fonte: própria, a partir das informações de Bošković (2008).

Árabe: ii) *taxriib-u al-ruumaan-i li-kartaaz-a.* (árabe)

destruction-NOM DEF-Romans-GEN of-Carthage- GEN

‘the Romans’ destruction of Carthage’

Pol.: iii) **odkrycie Ameryki Kolumba*

discovery America-GEN Columbus-GEN

‘Columbus’s discovery of America’

iv) *odkrycie Ameryki przez Kolumba*

discovery Ameryki-GEN by Columbus-ACUS

‘the discovery of America by Columbus’

¹⁵ A sentença inglesa abaixo permitira a leitura de ‘mais da metade das pessoas’, enquanto a versão eslovena não permitiria: *Največ ljudi pije pivo.* (esloveno)/ *Most people drink beer.* (inglês).

Bošković (2008) formula uma proposta em que esse conjunto de propriedades decorre necessariamente da existência ou inexistência da categoria sintática DP (Determiner Phrase) na estrutura da língua – resultado de um Parâmetro do NP/DP – e não apenas da pronúncia ou da omissão do artigo na sentença.¹⁶

Para a presente discussão, a importância dessa diferença entre LsA e LcA é de dois tipos. Em primeiro lugar, cada uma dessas propriedades sintáticas do Quadro 3 possui um grau de complexidade e sutileza muito superior ao armazenamento simples de um número maior ou menor de itens lexicais. Sua aquisição seria muito mais demorada e trabalhosa do que o aprendizado de um ou vários itens lexicais. Em segundo lugar, essas propriedades – complexas e sutis em si mesmas – não aparecem em quaisquer combinações, mas mostram-se relacionadas entre si e correlacionadas à (in)existência de artigos (e possivelmente da própria categoria gramatical DP). Não há nenhum motivo social, cultural ou mesmo tipológico para que as coisas sejam dessa forma. A correlação entre essas propriedades fornece sim uma “cota considerável” de explicação para as propriedades dessas línguas; não apenas de cada língua em si, mas das semelhanças e diferenças sistemáticas entre elas. Ao invés de cada uma dessas propriedades sintáticas ser aprendida de modo completamente independente (e extremamente laborioso), todas elas podem, no modelo inatista, ser adquiridas em conjunto, de uma vez só, a partir da marcação do valor de um único parâmetro sintático. É esse tipo de marcação paramétrica de um conjunto de propriedades sintáticas que fornece evidência em favor do inatismo como hipótese relevante para a explicação da aquisição da linguagem. Mas que fique claro: a questão aqui não é que a proposta de Bošković seja necessariamente correta e verdadeira, mas que é esse o tipo de explicação a que almejam as propostas baseadas em uma visão inatista.

¹⁶ Isto é, nas LcA, os casos de realização de NPs sem artigo seriam, como assumido tradicionalmente, estruturalmente equivalentes a DPs, mas com um artigo nulo, não pronunciado. Nas LsA, os NPs sem artigo seriam, de fato, NPs, em que a categoria D está completamente ausente.

4 Argumentos evolucionários

4.1 Argumentos evolucionários: a monogênese das línguas

O segundo argumento contra o inatismo é baseado na inversão de um possível argumento a favor. Aponta Lombardi Vallauri que, se todos os seres humanos possuem uma GU inata, então “*todos nós devemos descender de um único indivíduo, em cujo cérebro uma série feliz de mutações genéticas acabou gerando essa gramática*” (p. 16). Nesse caso, ainda segundo ele, a hipótese da GU favorece a hipótese da monogênese lingüística, segundo a qual todas as línguas humanas descendem de uma única protolíngua original (sobre perspectivas atuais quanto à monogênese, cf. MCWHORTER, 2003; CAVALLI-SFORZA, 2001). O problema, segundo o autor, é que a monogênese seria, em si, um argumento **contra** a GU. Mais especificamente, a simples monogênese pode fornecer uma explicação alternativa satisfatória para existência de universais lingüísticos (que não possam ser explicados pela pragmática). As semelhanças entre as línguas decorreriam exclusivamente do fato de todas terem um ancestral comum, “*exatamente como muitas das semelhanças entre as línguas neolatinas são devidas simplesmente à descendência comum do latim*” (p. 17), sem a necessidade de se apelar a um mecanismo inato. Diz Lombardi Vallauri:

“... se admitimos que todas as línguas continuam uma única protolíngua, os universais sem explicação pragmática podem ser devidos a ela (...). Essa será, portanto, a explicação mais econômica, e virá antes daquela inatista, que é mais onerosa porque postula, *praeter necessitatem*, a existência de uma entidade *ad hoc* como a gramática inata.”

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 17).

Como resposta a isso, precisamos apontar as seguintes coisas. Primeiro, atribuir os universais lingüísticos à língua originária não é, em si, um argumento contra o inatismo. Para que a hipótese se torne um argumento contra o inatismo é necessária uma premissa oculta do raciocínio: a de que as propriedades lingüísticas **podem manter-se intactas** ao longo de dezenas de milhares de anos, em **todos** os

sistemas lingüísticos humanos, por fatores simplesmente culturais. E isso é bastante questionável. Ainda que os universais lingüísticos sejam simplesmente propriedades que estavam presentes na protolíngua, por que motivos essas propriedades permaneceriam inalteradas em todas as línguas descendentes ao longo de milhares de anos de modificações?

O argumento de Lombardi Vallauri apela para os universais como uma *continuidade multimilenar de práticas sociais*. Preservaríamos os universais lingüísticos pelos mesmos motivos culturais que preservamos o sistema político, educacional, religioso e esportivo do primeiro povo humano a desenvolver... um sistema político, um sistema educacional, um sistema religioso, um sistema de práticas esportivas. Mas uma preservação de tal tipo não ocorre com nenhum desses sistemas. Por que, então, ocorreria na linguagem? Este ponto é importante inclusive para reforçar a diferença, apontada na seção 2.1, entre a linguagem e os outros grandes sistemas culturais.

Uma citação do próprio Lombardi Vallauri é esclarecedora. “*As regras da gramática, ao contrário, assemelham-se às leis do Estado, ou às regras do basquete*” (p. 23), diz ele ao apresentar os seus argumentos “jurídico-esportivos”, de que tratarei na seção 6. Ora, se as regras da gramática são, segundo o próprio autor, como as leis do estado e as regras de algum esporte, como tais regras poderiam permanecer inalteráveis ao longo de dezenas de milhares de anos? Ao invés de fornecer uma explicação aos universais, essa situação mereceria ela mesma uma explicação. Portanto, a hipótese da monogênese é que possui um custo teórico adicional.

Em segundo lugar, a comparação com as propriedades em comum nas línguas neolatinas (que aparece no texto mais como uma analogia do que como um argumento) é problemática e também pode facilmente ser convertida em um argumento contra a continuidade cultural. O que há de mais comum entre as línguas neolatinas, de um lado, e o latim, de outro, é justamente o léxico. Quanto às propriedades sintáticas – o foco principal da atenção da hipótese inatista –, há tantas diferenças entre as línguas neolatinas e o latim quanto existem entre o latim e outras línguas não-relacionadas. As primeiras têm um padrão sentencial SVO enquanto o latim era predominantemente SOV. Possuem artigos enquanto o latim não os possuía. (E só dessa característica podemos derivar as várias propriedades apontadas por Bošković (2008) e citadas na seção 3). O latim é uma língua casual, enquanto suas filhas não fazem distinção morfológica de Caso a não ser em particularidades que constituem

exceções. Etc. Ora, se, em um período muito mais reduzido de tempo, houve tantas alterações sintáticas do latim para as suas descendentes, como é possível que, da protolíngua original surgida dezenas de milhares de anos atrás, a todas as suas descendentes, houvesse preservação muito maior?

Novamente, o caso da distinção entre as línguas com artigo e sem artigo, citado na seção 3, é útil. Quanto à existência de artigos, ou a protolíngua os possuía ou não os possuía; não há terceira opção. Qual das duas opções é a verdadeira? Não sabemos. Mas, independentemente de qual fosse o cenário, é possível esperar que a protolíngua manifestasse um dos dois conjuntos de valores resumido no Quadro 3, em função de possuir ou não possuir artigos. Se a protolíngua tinha artigos, em algum momento se desenvolveram (em um subconjunto de suas descendentes) as propriedades que caracterizam as LsA; se a protolíngua não tinha artigos, em algum momento se desenvolveram as propriedades opostas.¹⁷ Uma questão inicial é: que motivos (socioculturais) levaram ao desenvolvimento de um conjunto de propriedades **abstratas opostas** em algumas das línguas-descendentes? Mas a questão principal é esta: Por que essa associação, aparentemente bastante aleatória de propriedades, manteve-se constante ao longo de milênios, sem o desenvolvimento de várias outras combinações? Que motivo cultural e social haveria para que esses parâmetros fossem mantidos ao longo do tempo, não em línguas próximas, mas em línguas muito distantes entre si?

Se essas propriedades, porém, não são apenas uma invenção cultural, mas decorrem da própria natureza abstrata da categoria sintática DP, conforme gravada na GU, independentemente de sua realização nas línguas específicas, então o parâmetro DP/NP teria uma explicação muito mais satisfatória do que a continuidade multimilenar de práticas sociais.¹⁸ O ponto aqui não é especificamente se este parâmetro sintático está correto ou não, afinal todas as propostas de parâmetros lingüísticos são, nessa etapa da pesquisa teórica e empírica, apenas tentativas. O

¹⁷ Obviamente, também é possível imaginar uma terceira (e quarta) situação, em que a protolíngua, tendo ou não artigos, manifestasse uma combinação mista das propriedades levantadas por Bošković (2008). Nesse caso, seria bastante difícil explicar o desenvolvimento dos dois conjuntos identificados Bošković.

¹⁸ Note-se, porém, que, no exemplo em questão, o universal lingüístico não é o fenômeno de presença ou ausência de artigos em línguas particulares, mas a associação entre presença/ausência de artigo e aquele conjunto específico de propriedades lingüísticas, distribuídas aleatoriamente dentro de várias famílias lingüísticas.

ponto é compreendermos que uma explicação desse tipo é bem mais plausível e tem bem mais poder explicativo do que a idéia de que fatos dessa natureza sejam puramente convencionais, ao contrário do que defende Lombardi Vallauri.

4.2 Argumentos evolucionários: a determinação pragmática da GU

O segundo argumento evolucionário de Lombardi Vallauri vai em direção oposta ao primeiro. Ele aponta que, se aceitarmos que há uma GU determinada geneticamente, devemos ter em mente que as mutações genéticas que se perpetuam nas espécies são aquelas que respondem a critérios de eficiência, que apresentam vantagens à sobrevivência. Assim, o surgimento da GU específica que possuímos hoje deve ter se dado a partir da competição com outras formas possíveis de gramática, que teriam sido suplantadas por se mostrarem menos eficientes e menos aptas ao uso. A formatação da nossa GU, portanto, teria sido condicionada por critérios pragmáticos de eficiência, como aponta a citação do autor abaixo:

“Os portadores de nenhuma gramática, mas também os dotados de gramáticas diferentes, frutos de outras mutações, teriam desaparecido enquanto menos avantajados. Qual poderia ser a vantagem da GU que se impôs? Naturalmente o fato que especificava uma linguagem *mais apta a ser usada pelos humanos*, ou seja, uma linguagem que respondia melhor a princípios pragmáticos. Em outras palavras, os Princípios da suposta GU e mais em geral os universais lingüísticos seriam exatamente os que observamos, e não outros, porque contribuem para determinar uma linguagem mais apta ao uso, isto é, não poderiam não ser pragmaticamente motivados, porque, em caso contrário, a seleção natural teria selecionado outros melhores.”

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 17).

A partir dessa suposição, o autor aponta que a explicação pragmática para os universais lingüísticos torna a hipótese inatista redundante, uma vez que um princípio funcional de otimalidade pragmática pode, por si e sem o apelo a uma determinação genética específica, explicar os universais.

Este raciocínio apresenta os seguintes problemas. Primeiro, parte do pressuposto de que tenha havido, de fato, uma competição entre diversas formas de gramática e que, nessa competição, tenham surgido diversas versões distintas de GU, a partir das quais uma se impôs. Essa visão também pressupõe que o surgimento da linguagem foi um processo bastante longo e gradual, durante o qual as propriedades lingüísticas tenham surgido e sido selecionadas paulatinamente. Mas nada indica que as coisas tenham ocorrido de fato assim. Ao contrário, as evidências históricas sugerem que o surgimento da linguagem foi um evento abrupto, repentino. Nas palavras de Martin e Uriagereka:

“The problem is that language does not seem to have appeared gradually at all. If we are to judge by what looks like the abrupt and combined emergence of ritual art, specialized tools for dozens of diversified and extremely specific tasks, and a complex social life, including the organized hunting of major game, then it appears that language suddenly *was* – for those activities are unthinkable without the whole of language.”

(MARTIN; URIAGEREKA, 2000, p. 12)

Dado esse surgimento abrupto da linguagem, um quadro de competição entre um grande número de diversas versões da GU, com a vitória da pragmaticamente mais eficiente, é praticamente impossível. Simplesmente, não houve tempo suficiente para isso. Por isso mesmo, Chomsky rejeita a ideia de que a faculdade da linguagem tenha surgido por seleção natural, gradualmente, defendendo que seu surgimento se deve a um evento único na história humana, que teve como resultado uma reorganização do aparato cognitivo da mente.

O segundo problema do argumento de Lombardi Vallauri é quanto à suposta redundância entre o princípio da otimalidade pragmática e o da determinação genética da linguagem. Ainda que a GU tivesse evoluído gradativamente, pressionada por fatores pragmáticos de sobrevivência do mais apto, isso em si não constituiria necessariamente um argumento contra a GU como um órgão mental autônomo, assim como as pressões por eficiência que teriam condicionado o surgimento do sistema visual ou da memória ou do sistema digestivo não constituem um argumento contra a determinação genética destes como sistemas autônomos. No máximo, a determinação pragmática é neutra em relação à hipótese inatista.

5 Argumentos escolásticos¹⁹: aquisição natural e aquisição escolar

Um dos principais argumentos em defesa da tese inatista é a velocidade – e a naturalidade – da aquisição de primeira língua (L1) pela criança nos seus primeiros anos de vida, em oposição à lentidão e à dificuldade de aquisição em outras etapas da vida (L2). Na visão inatista, isso ocorre, pois, nos primeiros anos, a mente da criança teria acesso à GU e estaria em processo de fixação dos parâmetros e de maturação dos princípios. A partir de certa idade, a GU não estaria mais disponível, os parâmetros já estariam fixados e, portanto, a aquisição de (outra) língua não se daria mais através do mecanismo normal de fixação de parâmetros, mas por mecanismos mais gerais de aprendizado.

Lombardi Vallauri contraria essa argumentação, questionando a própria premissa de que haja diferença substancial na velocidade de aquisição. Diz ele:

“Já que os defensores da tese inatista dão como óbvio que a aquisição por parte da criança seja maravilhosamente rápida, e nunca param para argumentar esse ponto detalhadamente, tentaremos fazer alguns cálculos do tempo à disposição de uma criança em fase de aquisição de L1 e de um aluno que aprende uma língua estrangeira no segundo grau.”

(LOMBARDI VALLAURI, 2008, p. 20)

O autor compara o desempenho de crianças de três anos em aquisição de L1 com o desempenho de alunos de segundo grau, que tenham aulas semanais de língua estrangeira ao longo de 5 anos de estudos²⁰. O Quadro 4 abaixo (esquema 2 no texto dele) resume a comparação:

¹⁹ Talvez tenha havido algum equívoco na tradução do texto de Lombardi Vallauri ao português. “Escolástico” é usado apenas em referência à filosofia medieval, que não é o caso no contexto.

²⁰ A comparação, ao que parece, é intuitiva, com base no que se sabe, por experiência, das duas situações. Não é fruto de observação específica. Por outro lado, é preciso ter em mente que, no caso do aluno de segundo grau, o autor tem em mente a situação educacional da Itália (e talvez da Europa, de modo mais amplo). A situação brasileira é consideravelmente distinta.

QUADRO 4 – Comparação de desempenho em aquisição natural e escolar

	Aluno de segundo grau (L2 em 5 anos)	Criança (L1 em 3 anos)
Fonologia	defeituosa (interferência...)	perfeita
Léxico	amplo com lacunas	restrito
Morfologia	erros “mnemônicos” e “analógicos”	poucos erros, “analógicos”
Sintaxe	elaborada, com erros “mnemônicos” e “analógicos”	simples, com poucos erros, “analógicos”

Fonte: Esquema 2 de Lombardi Vallauri (2008, p. 21)

Lombardi Vallauri aponta que tal comparação inicial apenas aparentemente favorece a tese inatista. Aos três anos, a criança em aquisição natural tem a pronúncia quase perfeita, comete menos erros de morfologia, “*geralmente devido a analogias e hipercorreções*”, tem uma sintaxe mais correta, mas também mais simples, e o conhecimento lexical é restrito. O aluno de ensino médio tem uma pronúncia com muito mais erros, por interferência da L1, mas possui um léxico muito mais extenso, comete muitos erros de morfologia, por falhas na memorização das formas; também tem mais erros de sintaxe, embora já seja capaz de usar formas mais complexas.

Diante desse quadro, o autor aponta “*certa vantagem para a criança, principalmente quanto à naturalidade com que usa a sua língua*” (p. 21), mas discorda completamente do motivo que os adeptos do inatismo atribuem a essa vantagem. Segundo ele, a diferença pode ser explicada pela qualidade da fonte da aquisição e pelo tempo de exposição a ela. A criança de três anos seria exposta, em média, 12 horas por dia ao *input* linguístico, totalizando 13 mil horas de exposição. O aluno de segundo grau, ao contrário, é exposto por 2 horas e meia por semana, a um *input* vindo de professores de língua estrangeira que não são falantes nativos, totalizando apenas 300 horas ao longo de cinco anos, o que – enfatiza Lombardi Vallauri – corresponde a apenas 25 dias da experiência de uma criança.

Há duas observações breves e uma objeção a serem feitas.

Primeiro, no sistema educacional brasileiro, por exemplo, o desempenho dos alunos de segundo grau, expostos à mesma quantidade de aulas semanais, é consideravelmente pior do que os apresentados no Quadro 3. A sintaxe não é “elaborada” com erros apenas mnemônicos e analógicos, mas pobre, para dizer o mínimo. O domínio lexical não

é “amplo com lacunas”, mas terrivelmente precário. Isso nos levanta a questão sobre se esses resultados do ensino de L2 no segundo grau não estão sujeitos a uma grande influência de outros fatores culturais e sociais. Deixo a pergunta aqui, sem oferecer uma resposta, que estaria além dos limites desse artigo.²¹

O ponto importante é que, ao mesmo tempo em que há essa grande variação entre dois sistemas de ensino formal de L2 para adolescentes, nada sequer remotamente parecido ocorre com a aquisição de L1: não há diferenças na velocidade e naturalidade da aquisição entre sociedades ou países diferentes. Isso não é um argumento forte contra a posição de Lombardi Vallauri, mas é algo a se levar em consideração.

Em segundo lugar, ainda há outra diferença que precisa ser apontada, para uma melhor contextualização: na aquisição de L2, o aluno lança mão de recursos conscientes de estudo; o professor também tem um plano de ensino a seguir, em que há a apresentação sistemática dos conteúdos segundo uma escala de complexidade e dificuldade. Na aquisição de L1, não há nada disso. Esse é um ponto enfatizado por inatistas. Por que os resultados da criança não são consideravelmente piores?

O terceiro ponto e o mais importante é que a comparação envolve coisas díspares, o que evita que se chegue a uma conclusão clara sobre a questão central, que é como a idade da pessoa afeta a aquisição. A comparação feita no Quadro 4 não envolve apenas (i) a variável *idade*, mas também uma diferença (ii) entre exposição natural e exposição artificial, institucional, escolar; (iii) e uma diferença adicional quanto ao tempo de exposição ao *input*. Há três variáveis distintas atuando na comparação. A pergunta a ser feita é: por que não comparamos duas situações naturais de aquisição, em que o tempo de exposição ao *input* não seja tão diferente?

Sugiro que a comparação mais apropriada a ser feita é entre a criança em aquisição de L1 e o adolescente ou adulto em aquisição de L2 *em situação de completa imersão*. Mais especificamente, a comparação apropriada é com relação ao desempenho de *imigrantes*, que passam a ser expostos a uma língua estrangeira de modo natural, diariamente, por muitos anos e até décadas, no país para o qual se mudaram.

²¹ Cristina Figueiredo, comunicação pessoal, enfatiza também que a exposição a línguas estrangeiras, principalmente o inglês, fora da sala de aula, é muito mais comum e acessível na Europa ocidental do que no Brasil, e isso é, certamente, uma influência a ser considerada.

Nessa comparação, a criança continua tendo uma vantagem considerável, mesmo com a eliminação do fator tempo de exposição e do fator tipo de ensino. É extremamente comum que imigrantes adultos, expostos sistematicamente à língua do novo país, manifestem ainda deficiências linguísticas claras após muitos anos e até décadas de exposição ao *input*.

“*The preponderance of minimal second language acquisition by immigrants worldwide is striking*”, apontam De Voretz e Werner (2000, p. 2) em um estudo sobre as forças sociais que contribuem para essa situação. Os autores concluem que, na ausência de claros incentivos econômicos, o aprendizado de L2 por parte de imigrantes permanece mínimo, independentemente da política linguística do país em questão. Isso contrasta, evidentemente, com a situação de aquisição de L1 pela criança, em que não há variação significativa em função de incentivos explícitos oferecidos ou negados à criança, indicando que o fator idade é bem mais relevante do que o tempo de exposição.

6 Argumentos jurídico-esportivos: as violações à gramática

Outro argumento contra o inatismo apresentado por Lombardi Vallauri está relacionado à possibilidade de violação consciente das regras gramaticais de uma língua específica, através da produção de sentenças agramaticais, como em (2).

- (2)
- a. *Rome my brothers has gone.
 - b. *Tempo é eu partir.
 - c. *Is the man who tall is in the room?
 - d. *Does the man who own a dog sleeps in the room?

(LOMBARDI VALLAURI, p. 23)

Segundo o autor, essa possibilidade revela que o comportamento linguístico não funciona como os comportamentos determinados biologicamente, em que não há a liberdade para a violação ou inversão das regras de operação, mas se aproxima muito mais de comportamentos com base puramente cultural e social, como os esportes e o sistema jurídico, cujas regras podem e são facilmente violáveis. Diz o autor:

“... os humanos são vinculados ao respeito às regras de gramática de maneira totalmente diferente de como são vinculados aos comportamentos determinados biologicamente. (...) Qualquer um, se quiser, pode produzir enunciados desse tipo [= agramaticais], e também decodificá-los, ou seja, atribuir um provável sentido a eles, mesmo reconhecendo a agramaticalidade. Nosso cérebro não tem dificuldade alguma em fazer isso. (...) [Mas] nosso sistema nervoso não pode não inverter a imagem que se forma na retina durante o processo da visão, nem evitar ordenar a secreção da adrenalina no caso de perigo. (...) As regras da gramática, ao contrário, assemelham-se às leis do Estado, ou às regras do basquete: nós poderíamos perfeitamente violá-las, mas geralmente as respeitamos porque é mais conveniente.”.

(LOMBARDI VALLAURI, p. 22-23)

A comparação entre a linguagem e o sistema visual é muito interessante e importante, justamente por ser um exemplo caro aos gerativistas. Trata-se do exemplo preferido de Chomsky, utilizado por ele com frequência ao defender a existência da faculdade da linguagem como um órgão mental, um módulo da mente no mesmo sentido em que haveria um módulo visual responsável pela interpretação das imagens. Um argumento contra o inatismo que, ao menos aparentemente, desmonta a principal comparação feita pelos seus defensores não pode ser ignorada.

O questionamento de Lombardi Vallauri serve para nos lembrar do que existe de diferente e específico entre a linguagem e o sistema visual, mas isso não nos leva necessariamente a negar o aspecto genético. Em primeiro lugar, a comparação feita por Chomsky diz respeito apenas ao funcionamento interno do sistema gramatical. Não diz respeito ao uso, ao *comportamento* lingüístico. Isso pode parecer uma separação artificial, mas não o é. E isso é crucial. A simples decisão de, em uma situação particular, uma pessoa falar ou ficar em silêncio está fora da alçada das regras da gramática. A decisão autônoma sobre o comportamento lingüístico – algo, aliás, enfatizado por Chomsky para questionar o modelo behaviorista de estímulo e resposta e para propor uma faculdade mental da linguagem –, mesmo o comportamento que produz sentenças *gramaticais*, não é uma operação gramatical, mas **um livre exercício da vontade**.

O aspecto volitivo do comportamento lingüístico, portanto, não pode ser comparado diretamente a algo que é inteiramente interno, involuntário²². É preciso encontrar um exemplo semelhante, de algo que seja (ou possa ser) determinado biologicamente, mas cujo exercício seja um ato livre da vontade. Felizmente, tais exemplos existem. A nutrição e o sexo são dois deles.

Todos reconhecemos que a necessidade de alimento e nutrição (bem como o sistema digestivo) é condicionada geneticamente. Não comemos por uma invenção cultural, mas por imposição biológica e através de um sistema de operações determinadas geneticamente. Ainda assim, cada ato individual de alimentação é uma decisão consciente e um ato social. E há um amplo leque de decisões humanas que podemos tomar em franca oposição ao instinto alimentar. Podemos comer em um momento em que não temos fome – por gula ou por precaução para a fome que surgirá mais tarde quando não teremos tempo de comer. Podemos decidir não comer no momento em que precisamos comer – no momento em que sentimos fome e no momento em que estamos diante da comida. Podemos realizar jejuns e podemos até forçar o vômito; podemos comer papel, plástico, pedra...

Algo muito semelhante pode ser dito sobre o sexo e a reprodução, uma necessidade essencialmente biológica, mas condicionada por inúmeros fatores culturais e sociais. Podemos, em um extremo, optar pelo celibato ou usar preservativos; em outro extremo, adotar comportamentos homossexuais e bissexuais – e mesmo quando não há nenhum desejo real nesse sentido, apenas por curiosidade. Atos como esses contrariam, evidentemente, o instinto sexual de reprodução, mas não podemos, com base neles, negar a base biológica do sexo e a determinação genética que o relaciona com a reprodução.²³

²² Não é apenas sobre a inversão da imagem na retina que não temos poder de decisão, mas sobre qualquer tipo de formação de imagens na retina, invertidas ou não-invertidas, a não ser pela decisão consciente de fechar os olhos, o que tem mais a ver com o sistema muscular do que com o sistema visual. Na comparação com o sistema visual, a produção de sentenças agramaticais (que permanecem sendo consideradas sintaticamente anômalas pelos falantes nativos) se parece mais com o ato externo de fechar os olhos ou tocar neles com os dedos para distorcer as imagens.

²³ A hipótese de que o homossexualismo poderia ter base genética não invalida o argumento. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que alguns defensores dessa hipótese não se apoiam em argumentos científicos ou empíricos, mas em motivações

Nesse cenário, o caso da produção de dados agramaticais se parece menos com a violação de regras do esporte ou de desobediência a leis do sistema judiciário e mais com a maleabilidade com que podemos lidar com os comportamentos ditados pelos sistemas digestivo e reprodutor, em que a decisão consciente e deliberada pode nos fazer adotar comportamentos que não correspondem à determinação genética.

No uso de sentenças agramaticais, também temos claramente uma decisão consciente, mas que não afeta o mecanismo: usar sentenças agramaticais permanece um ato distinto do ato de julgar sentenças agramaticais como boas. Mais do que isso: alguém que usa conscientemente sentenças agramaticais não pode fazer com que os demais (e eles mesmo) não estranhem tais sentenças. Os exemplos dados por Lombardi Vallauri e reproduzidos em (2) são significativos: a criação deles envolve um nível de atenção, concentração e de esforço muito maior do que a produção de sentenças gramaticais²⁴. Isso fica claro até mesmo no fato de que os falantes, ao tentarem produzir tais exemplos, fazem pausas claras entre as palavras, quando não precisam escrever palavra por palavra, para não se

políticas, com base na idéia de que o reconhecimento da base genética favoreceria o combate ao preconceito enquanto a explicação puramente social ou cultural favoreceria a exclusão social. A premissa é bastante questionável, pois não há motivo algum para a tolerância aos homossexuais não se basear no princípio de respeito à liberdade individual e à pessoa; e, por outro lado, nada pode impedir que grupos mal-intencionados construam discursos de exclusão social dos homossexuais com base justamente no argumento genético, seguindo o exemplo das políticas e ideologias eugenistas do passado.

Em segundo lugar, ainda que haja base genética para a homossexualidade, isso ainda não é uma explicação para cada ato homossexual individual e particular; e existem muitíssimos casos em que um comportamento homossexual pode ser induzido por fatores ambientais, como está claro em casos de confinamentos em penitenciárias, em casos de heterossexuais que adotam um comportamento apenas por curiosidade, sem adesão, e casos de homossexualidade ligada a uma fase específica da vida, como documentado em algumas sociedades. Além disso, teríamos também os muitos casos de homossexuais que adotaram condutas **heterossexuais** por mera conveniência e necessidade social, contrariando o que seria a orientação sexual hipoteticamente genética.

²⁴ Um parecerista anônimo aponta que esse não é o caso quando se trata de agramaticalidade por desconhecimento da língua. Não me parece, porém, que tais situações (de produção inaceitável por estrangeiros, por exemplo) sejam relevantes ao argumento de Lombardi Vallauri.

confundirem.²⁵ Na visão inatista, é possível que tais dados sequer sejam produzidos pelo mesmo mecanismo que gera os dados gramaticais.

Ainda assim, a comparação entre o comportamento lingüístico e os comportamentos alimentares e sexuais pode ser insatisfatória para alguns leitores. De fato, apesar das semelhanças, a contraparte biológica e interna da nutrição e do sexo são funções corporais e físicas. A contraparte interna e (por hipótese) biológica da linguagem não seria uma operação puramente física, mas mental, cognitiva. E nesse sentido o caso da interpretação da imagem pelo sistema visual (mas não o da secreção da adrenalina) parece mais semelhante às operações gramaticais abstratas da gramática.

Vejamos, então, duas comparações com funções cognitivas, cujo exercício também pode envolver um ato consciente da vontade. Como apontado na nota de rodapé nº 1, habilidades matemáticas básicas, como o reconhecimento de unidades discretas, são naturais nos seres humanos e não são frutos de ensino e estudo normais. Essas operações são internas, mentais. E evidentemente não podemos, conscientemente, alterar o modo como nosso cérebro percebe as relações matemáticas do mundo. Ainda assim, nada nos impede de, conscientemente, mentir e fornecer informações matemáticas erradas, como quando dizemos que “*dois e dois são cinco*”. Evidentemente, quando conscientemente distorcemos informações matemáticas, ninguém conclui que estamos alterando a forma como funcionam as operações matemáticas cognitivas internas. Por que, então, deveríamos concluir que, ao forçar conscientemente sentenças agramaticais, estaríamos alterando o funcionamento da gramática interna? O mesmo pode ser dito com relação ao funcionamento da memória, outra habilidade cognitiva determinada geneticamente. A nossa capacidade de, conscientemente, fantasiar, imaginar e até mentir sobre as lembranças não é um argumento contra a base biológica da memória humana²⁶.

Parece-me, portanto, que o argumento da violabilidade da gramática cai por terra.

²⁵ Leonor Simioni, comunicação pessoal, enfatiza que esse tipo de dado não é produzido por crianças, mais sim por adultos. Apesar de as crianças participarem em muitas brincadeiras, inclusive em brincadeiras lingüísticas (como trava-línguas, a língua do P, etc), elas não brincam de agramaticalidade, que permanece algo típico de profissionais da linguagem, como linguistas, artistas etc.

²⁶ Para Aristóteles, a memória e a imaginação são a mesma habilidade cognitiva (que envolve a criação de imagens mentais), apenas utilizada para fins distintos (cf. CARVALHO, 1996, p. 29-51).

7 Argumentos genéticos: a variabilidade gênica

Deixo por último os argumentos genéticos. Não pretendo explorá-los de modo aprofundado, pois isso iria requerer um espaço maior e um conhecimento maior sobre o campo da genética do que considero possuir. Dessa forma, apenas elaborarei um comentário desprezioso sobre um dos argumentos que o autor apresenta sob esse título. Trato da variabilidade genética (deixando de lado o do déficit específico).

Lombardi Vallauri argumenta que não se pode atribuir origem genética a alguma característica humana que não admita variações gênicas. Portanto, se a GU é parte do patrimônio genético humano, ela **não deveria ser homogênea na espécie**, mas apresentar variações como resultado da mutação e diferenciação gênica, como ocorre com as demais características determinadas geneticamente (como a cor dos olhos, o tipo sanguíneo etc). Diz ele:

“Achar que o que é determinado geneticamente deva ser igual em todos os indivíduos é ingenuidade excessiva. Na realidade, se a GU faz parte da bagagem genética, deveríamos esperar que, pelas inevitáveis mutações que acontecem sempre durante a história evolucionária, existissem mais versões, ligeiramente diferentes, da Gramática, e assim indivíduos obrigados geneticamente a seguir regras sintáticas diferentes das dos outros. Por que, ao contrário, nunca observamos até agora diferentes versões da GU com base individual?”

(LOMBARDI VALLAURI, p. 19)

Sobre esse argumento, tenho apenas uma breve observação a fazer. Pergunto se esse critério de julgamento poderia ser aplicado ao funcionamento de outras habilidades *cognitivas* humanas. A variabilidade genética das características **físicas** é bem estabelecida. Mas e quando ao funcionamento das habilidades cognitivas básicas?

Lombardi Vallauri parece admitir que habilidades gerais, como a memória e a capacidade de solucionar problemas, fazem parte da arquitetura geral do cérebro, portanto, devem ter alguma base genética. Algo semelhante pode ser dito de habilidades cognitivas específicas, como o modo como o cérebro interpreta as imagens da retina, que também devem ter base genética e não cultural.

Alguém se atreveria a dizer que não podemos considerar tais habilidades como inatas por não encontrarmos variabilidade genética nelas? Ou alguém condicionaria a hipótese da base inata dessas habilidades à busca por versões ligeiramente diferentes das regras internas da memória ou da decodificação visual? Haveria “versões ligeiramente distintas” do funcionamento da memória entre as populações humanas, atreladas a diferenciações gênicas?²⁷ Parece-me que a resposta a essas questões ou é negativa ou está além do nosso conhecimento atual.

Mais importante: como **definir** o que é variabilidade genética em relação a operações cognitivas internas? Sem uma clara noção do que seria variabilidade genética em relação às funções cognitivas humanas, não é possível fazer previsões sobre o que deveríamos esperar de variabilidade em uma gramática genética.

8 Conclusões

O objetivo deste artigo foi esboçar uma resposta a algumas das questões levantadas pelo texto de Lombardi Vallauri (2008) contra a hipótese inatista. Especificamente, busquei questionar a validade de alguns de seus argumentos.

Tratei de cinco dos sete tipos de argumentos apresentados pelo autor, concentrando-me mais detalhadamente em quatro deles. Ficaram fora da alçada desse artigo os argumentos lingüísticos e os pragmáticos, por questões de espaço e por considerar que a discussão de evidências lingüísticas tem bastante espaço em outros textos sobre o tema. Ficou

²⁷ Um ponto adicional deve ser enfatizado: pela própria natureza indireta do nosso conhecimento sobre o modo como a mente opera com a linguagem, se houver diferenças individuais no funcionamento da GU e das operações gramaticais, nesse estágio da pesquisa, elas provavelmente não seriam tratadas como tal. O procedimento inicial dentro da teoria seria considerar que essas diferenças são apenas aparentes e que resultam da operação sistemática de um mecanismo homogêneo e singular sobre itens lexicais distintos.

Peguemos o exemplo do fenômeno da marcação excepcional de Caso em fragmentos como “*essa tarefa é para eu fazer*” x “*... para mim fazer*”. Fenômenos como esse não são considerados como variações no funcionamento das operações da GU, mas como consequência do próprio funcionamento da GU, em que o formato nominativo ou oblíquo do sujeito da sentença subordinada decorre da natureza da flexão verbal da própria sentença subordinada, que produz efeitos equivalentes em “eu vi **Ana e Pedro** saírem” x “eu **os** vi sair”.

também de fora o segundo dos argumentos genéticos apresentados pelo autor, o do déficit específico.

Este artigo não contribui para a defesa da tese inatista através da formulação de novos argumentos a seu favor, mas do exame da validade e alcance de alguns argumentos contrários. A expectativa principal, entretanto, não é provar o inatismo, mas colaborar com a discussão sobre os critérios de falseabilidade dessa hipótese.

Referências

BOŠKOVIĆ, Željko. What will you have, DP or NP? In: NORTH EAST LINGUISTIC SOCIETY, 37, 2007, Urbana-Champaign. *Proceeding of the...*, v. 1, Amherst, University of Massachusetts, 2008, p. 101-114.

BOŠKOVIĆ, Željko. Topicalization, focalization, lexical insertion, and scrambling. *Linguistic Inquiry*, Boston, n. 35, p. 613-638, 2004.

CARVALHO, Olavo de. (1996). Os quatro discursos. In: *Aristóteles em Nova Perspectiva*. Introdução à Teoria dos Quatro Discursos. Rio de Janeiro: Topbooks.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, peoples, and languages*. Los Angeles: University of California Press, 2001.

CHOMSKY, Noam. *Language and Mind*. 3 ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

CHOMSKY, Noam. Novos Horizontes no Estudo da Linguagem. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 51-74, 1997.

DeVORETZ, Don; WERNER, Christiane. *A theory of social forces and immigrant second language acquisition*. Discussion paper n. 10. Bonn: The Institute for the Study of Labor, 2000.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993. p. 111-176.

KAYNE, Richard. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

LOMBARDI VALLAURI, Edoardo. Alguns argumentos contra o inatismo lingüístico. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 9-47, jan./jun. 2008.

LOPES, R. E. V. O inatismo ainda é a melhor hipótese. In: MIOTO, Carlos; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. (Org.). *Percursos em Teoria da Gramática*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 239-260.

MARTIN, Roger; URIAGEREKA, Juan. Some Possible Foundations of the Minimalist Program. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan. (ed.). *Step by step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 1-30.

McWHORTER, John. *The power of Babel: a natural history of language*. Harper Perennial, 2003.

WATANABE, Akira. Parametrization of quantificational determiners and head-internal relatives. *Language and Linguistics*, n. 5, v.1, 59-97, 2004.

WILLIM, Ewa. On the grammar of Polish nominals. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan. (ed.). *Step by step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 319-346.

